

CONCORDÂNCIA VERBAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: VISÃO DE CONJUNTO DOS FATORES LINGÜÍSTICOS

Marian dos Santos Oliveira*
(Uesb)

RESUMO:

Neste estudo, proponho uma análise da concordância verbal de 3ª. pessoa do plural em informantes de Vitória da Conquista, à luz da Teoria Variacionista Laboviana. Para tanto, são analisados os dados de trinta e dois inquiridos de informantes naturais de Vitória da Conquista -BA, distribuídos entre os dois gêneros, três faixas etárias e três níveis de escolaridade. Trata-se, portanto, de uma ampliação dos trabalhos de Oliveira (2004), Oliveira (2005) e Oliveira (2006), nos quais são apresentadas discussões quanto à análise de fatores sociais e de fatores lingüísticos, a partir dos dados dos dezesseis (16) informantes que configuraram a metade dos inquiridos que foram analisados nos trabalhos supra citados. Aqui, serão discutidos os dados dos fatores: saliência fônica, posição, realização e distância do sujeito na oração, além do tipo e do traço semântico do SN sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Concordância verbal; Fatores lingüísticos; Saliência fônica; Vitória da Conquista.

INTRODUÇÃO

Os estudos lingüísticos, principalmente, os surgidos por volta da década de 1960, consideram a natureza ímpar dos textos orais, bem como as particularidades de cada falante. Tentando uma abordagem dessa natureza é que analisaremos os inquiridos neste artigo.

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo em que se investiga a concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista / BA - Brasil. Inicialmente, apresentamos, de forma sucinta, os pressupostos teóricos que sustentarão a análise dos inquiridos.

* Mestre em Letras e Linguística pela UFBA, doutoranda em Linguística na Unicamp. Professora do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários da UESB, mdossoliveira@gmail.com.

Apresentamos, ainda, uma revisão da literatura segundo a qual a concordância verbal deve ser tratada como regra variável no Português do Brasil (PB). Em seguida, vêm a hipótese e a metodologia. Seguem-se ainda a apresentação e a discussão dos resultados e, por fim, a conclusão do estudo proposto.

Cunha e Cintra (1985, p. 485), quando abordam o item concordância, afirmam que: “A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito”.

Nessa perspectiva, é obrigatória a regra de concordância. A ausência da marca de plural no verbo na terceira pessoa constitui, assim, um desvio de norma do Português. Isso é postulado pela maioria dos gramáticos.

Entretanto, nos falantes de Vitória da Conquista, como na maior parte dos falantes brasileiros, a regra de concordância não é obrigatória, pois ora se aplica, ora deixa de se aplicar. Ou seja, aparentemente, trata-se de uma regra variável.

Buscando elucidar essa questão, embasamo-nos numa área de estudo que se detém na variação linguística. A Sociolinguística busca demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, ou seja, relacionar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade.

Essa postura variacionista não é fruto do acaso, parte da concepção de que a relação entre língua e sociedade não é de mera casualidade, muito pelo contrário, pode-se afirmar que a existência de uma depende necessariamente da existência da outra, sendo, pois, muito difícil estabelecer quem é mais importante ou mesmo quem surgiu primeiro. Como assinala Alkmim (2001, p.1). “a história da humanidade é a história de seres organizados em sociedades e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua.”. Dessa forma, o caráter social

de uma língua não é questionado e, portanto, deve estar no bojo das discussões acerca dos fenômenos linguísticos.

Em oposição à ausência do componente social e ao tratamento idealizado da língua por parte dos estruturalistas e gerativistas, esse caráter variacionista se sustenta. Os variacionistas levaram para o centro de interesse dos estudos linguísticos o uso do falante, defrontando-se com sua heterogeneidade. (LABOV, 1972)

O principal objeto de descrição dos variacionistas é a fala dos indivíduos como membros de uma comunidade linguística, isto é, informantes escolhidos através de métodos etnográficos ou sociológicos para representar a comunidade a que pertencem. Assim, um importante aspecto em qualquer estudo nessa direção envolve a entrada na comunidade linguística, onde a observação do uso da língua em seu contexto sociocultural seja possível.

Seguindo essa orientação teórica, vários pesquisadores têm estudado o PB à luz da teoria variacionista, seja observando a concordância ou um outro aspecto do PB, como Motta (1979), Oliveira (1982), Mollica (1989), Scherre (1981), Monguilhot e Coelho (2003). Todos têm apontado para um português brasileiro que varia conforme o sexo, a idade, e o grau de escolaridade do falante. Eles são unânimes em suas considerações no que diz respeito ao fato de que é impossível colocar a língua numa camisa de força, ou desconsiderar as singularidades dos falantes que a usam. Esses e outros autores postulam, diante dos resultados de suas pesquisas, que é inaceitável continuar considerando a concordância verbal como regra categórica, pois as investigações nesse sentido apontam para uma regra que deve ser entendida como variável.

MATERIAL E MÉTODOS

A Teoria Variacionista é também chamada de Sociolinguística Quantitativa, por operar com números e dar tratamento estatístico aos dados coletados e analisados. Dessa maneira, analisei os dados, buscando

verificar as condições sob as quais se manifesta a variação na concordância verbal de P6, e identificar os fatores que favorecem ou inibem a aplicação da regra em questão.

A análise ora apresentada incide sobre trinta e dois (32) inquiridos, coletados através de entrevistas nas quais foram considerados os dois sexos, três faixas etárias e três níveis de escolaridade. Tais entrevistas foram transcritas e, após levantamento, foram codificadas cem (100) ocorrências de cada informante, perfazendo um total de três mil e duzentos (3.200) dados que, foram submetidos à quantificação nos programas do pacote VARBRUL, desenvolvido por Pintzuk (1998).

A hipótese que orienta a pesquisa é a de que, nesta comunidade, a concordância em P6 é uma regra variável, regida por fatores de ordem linguística e social. O recorte aqui se restringe àquele relacionado aos fatores linguísticos, que são apresentados, a seguir, na ordem de seleção feita pelo programa VARBRUL por sua relevância para as escolhas que os falantes fizeram, quais sejam: *Saliência Fônica, Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração, Constituição do SN Sujeito, Traço Semântico do Sujeito.*

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das três mil e duzentas (3200) ocorrências que compõem a nossa amostra, mil quinhentas e sessenta e uma (1561) foram realizadas de acordo com a norma não-padrão, correspondendo a um percentual de 49% de ausência de marca. O *input* dessa variável foi de **0,49**, o que é explicável, tendo em vista o fato de que, em regra, esse número deve ser igual ou muito próximo do percentual que corresponde ao número total de aplicação da regra. O *input* (Po), conforme Lemle e Naro (1977), Scherre (1991) e Brescancini (2002), refere-se à probabilidade de aplicação da regra quando o efeito de todos os fatores é neutro, relaciona-se ao nível geral do uso da regra.

Tomando como base a ordem de seleção feita pelo programa, que evidenciou um nível de significância **0,000**, discutiremos os resultados obtidos na primeira rodada, na ordem em que as variáveis foram selecionadas por sua relevância, para as escolhas que os falantes fazem, a saber:

A Saliência Fônica diz respeito ao material fônico, envolvido na diferença entre a forma plural e a forma singular, P6 e P3, respectivamente. Quase todas as pesquisas que tratam da concordância, seja verbal, seja nominal, têm testado a hipótese dos princípios de saliência, estabelecidos por Lemle e Naro (1977), Scherre (1978) e Naro (1981) de que a hierarquia da saliência deve ser estabelecida em função de critérios, como presença *vs* ausência de acento na desinência verbal e quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural.

Mais recentemente e com algumas adequações, Monguilhott (2001) e Silva (2003) testaram essa variável e puderam comprovar o seu efeito na concordância verbal de terceira pessoa do plural. A diferença entre os estudos desses dois autores é que enquanto a primeira analisou uma comunidade urbana, com dados de Florianópolis, o segundo realizou sua pesquisa em comunidades rurais afros-descendentes do interior da Bahia, a partir de dados de Helvécia, Cinzento e Rio de Contas.

Também aqui adotamos a proposta de Naro e Scherre (1999), e, diferentemente do que apresentamos em Oliveira (2006), fizemos algumas reformulações em cada nível e suas respectivas categorias daquilo que é proposto por estes autores. A seguir, elas serão apresentadas:

Tabela 1 – Frequências e Pesos Relativos do Grupo Saliência Fônica.

SALIÊNCIA FÔNICA	APL/TOTAL	%	PR
Nível 1: OPOSIÇÃO ENTRE VOGAL ORAL E NASAL E ACRÉSCIMO DE SEGMENTOS			
1a. Envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal e ditongação quando o verbo tem, na terminação, vogais	521 / 767	68	0,73

médias anteriores. ame – amem / vende – vendem / parte – partem / fosse – fossem			
1b. Envolve oposição entre a vogal oral e vogal nasal e ditongação em terminações com vogal central. Canta – cantam / seja – sejam / partia – partiam	554 / 1061	52	0,54
1c. Envolve acréscimo de segmentos na forma plural. quer – querem / trafegar – trafegarem / partir – partirem	177 / 313	57	0,60
Nível 2: OPOSIÇÃO ACENTUADA			
2a Envolve ditongação e / ou mudança na qualidade vocálica. quer – querem / trafegar – trafegarem / partir – partirem	141 / 436	32	0,35
2b. Envolve acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular. comprou – compraram / bateu – bateram / sumiu – sumiram	85 / 314	27	0,24
2c. Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa ou não. é – são / fez – fizeram / teve – tiveram.	83 / 309	27	0,20
TOTAL	1561 / 3200	49	

Como se percebe, os resultados vão ao encontro do que postulam autores como Scherre e Naro (1999), quando falam sobre saliência, afirmando que os níveis mais baixos (itens do nível 1) da hierarquia da saliência favorecem mais o uso da **Marca Zero** de concordância. Em contrapartida, os níveis (itens do nível 2) mais altos favorecem mais as marcas explícitas. Nessa análise, com trinta e dois informantes, temos, pois, sua aplicação confirmada pelos dados.

Note-se que, neste *corpus*, o **nível 1**, em comparação com o **nível 2**, constitui-se em um pólo oposto; com um peso para a não concordância que varia, no nível 1, de bastante alto em **1a. 0,73 e 1c. 0,60** e, relativamente neutro, em **1b. 0,54**, para um **nível 2**, de configuração bastante baixa em todos os seus itens **0,35, 0,24, 0,20**.

Em **1b**, comprova-se o que Naro (1981) chama de regra sincrônica de desnasalação, pois num contexto fônico do tipo **Ex 1**: *eles passaØ quatro horas da manhã* vs **Ex 2**: *Eles passaM quatro horas da manhã*, o [**ãw**] é quase imperceptível, não fazendo muita diferença, nem para o falante, nem para o ouvinte, o uso de uma ou de outra forma. Logo, é indiferente a escolha entre a marca [**ãw**] ou a marca / **Ø** /. Muito embora, em relação à categoria **1a**, o que esteja em jogo seja uma vogal média alta / **e** /, também ali há um contexto fônico que leva à perda do / **N** /. Acreditamos que o peso relativamente neutro de **1b** seja em decorrência de que, mesmo sendo uma marca com baixa saliência, a sua percepção por parte dos falantes / ouvintes é maior do que em **1a**.

No **nível 2**, oposição acentuada, por conseguinte, percebe-se exatamente o oposto do **nível 1**, o que reforça a ideia de que, quanto mais saliente a terminação verbal, maior a possibilidade da ocorrência da flexão. Em **2b** e **2c**, inicialmente, observam-se números baixos para a forma [**Ø**], respectivamente, **0,24**, **0,20**, o que significa, por outro lado, uma escala bem nítida de marca explícita de concordância. Em **2b**, há duas variantes de plural: uma padrão, com todos os morfemas nitidamente realizados – (R + VT + SMT + SNP - BAT + E + RA + N) -, como em **Ex 3**: *Eles então bateraM nele*; e outra com um plural alomórfico, em que há a supressão do SNP / N /, como em **Ex 4**: *Eles então bateRU nele*, em que [‘ru] acumula os papéis de sufixo modo-temporal e o de sufixo número-pessoal, mantendo, portanto, a concordância verbal. Concorrendo com essas duas formas plurais, há uma forma singular (**bateu**), na qual a concordância com P3 ou P6 só é definida pelo falante/ouvinte na dependência de o sujeito da frase estar, ou não, no plural: **Ex 5**: *não sei se ele bateU* / **Ex 6**: *não sei se eles bateUØ*. Ou seja, em dois, embora se tenha um sujeito de terceira pessoa do plural, o verbo é realizado na terceira pessoa do singular, isso ocorre quando os verbos estão no pretérito perfeito do indicativo.

Naro (1992) lembra-nos que a heterogeneidade linguística não é aleatória, e, sim, governada por um conjunto de regras. Assim como

existem as regras categóricas que norteiam como o indivíduo deve falar, também existem condições ou regras variáveis “que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos o uso de uma ou outra forma variável” (p.17).

Dessa maneira, no que concerne à saliência, a forma de 3ª pessoa do plural, ou P6, explícita, é mais comumente usada quando o material fônico do verbo é mais saliente, por isso, os pesos relativos do **nível 2**, oposição acentuada, mostram-se menores do que no **nível 1** - 2a 0, 35, 2b 0, 24 e 2c 0,20 -, donde se conclui que a probabilidade de ocorrer a marca zero é maior quando o verbo se enquadra em **1: 1a, 0,73, 1b, 0,54, e 1c, 0,60**, sendo esse um contexto linguístico condicionante para a variação da regra aqui em análise. Os contextos fônicos propostos no nível dois, por outro lado, restringem tal ocorrência, favorecendo a marca explícita.

Naro (1992) ainda menciona que, no tocante aos fatores estruturais, os fenômenos devem ser tratados, considerando o seu encaixe na estrutura. Observamos, com categorias operantes para o uso de / Ø /, a constituição morfológica do verbo, quantidade e qualidade do material fônico das formas singular e plural: diferença fônica menor singular / plural favorece aquela marca; diferença fônica maior singular / plural desfavorece-a. Assim, verifica-se, pelos pesos expostos na terceira coluna da tabela **1**, que na oposição **bebeØ / bebeM**, a forma **bebeØ** é, linguisticamente, mais favorecida do que **bebeM**, uma vez que essas são formas, cujo ambiente fonológico é menos saliente, menos perceptível. Contrariamente, em **bebeuØ / beberaM**, tem-se um contexto fônico que não favorece a variação, em virtude da diferença e maior quantidade de material fônico da segunda forma, ou seja, da sua saliência em oposição a uma forma cuja terminação é um - u assilábico.

Ao que se nota na quarta coluna da tabela 1, a hipótese desses autores se confirma aqui, isto é, a saliência fônica estaria atuando como um elemento contribuinte para o cancelamento da marca de concordância, quando o nível é menos saliente, e para a manutenção dela, quando o contexto fônico é mais saliente.

Segundo Vieira (1997), o estudo da distância entre o núcleo do SN e o verbo cumpre o propósito de verificar a hipótese de que quanto maior a distância entre esses dois constituintes da oração, maior será a probabilidade de cancelamento da concordância verbal. Com base nessa constatação, analisemos a tabela 2, abaixo:

Tabela 2–Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando a posição e distância do sujeito na oração

Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração	APL/TOTAL	%	PR
Sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 3 sílabas	214 / 416	51	0, 49
Sujeito anteposto, imediatamente próximo ao verbo.	587 / 1483	40	0, 39
Sujeito anteposto, em oração anterior	374 / 635	59	0, 63
Sujeito referencial, não-realizado.	132 / 251	53	0, 57
Sujeito anteposto, presente na pergunta do entrevistador com estímulo para a concordância.	59 / 88	67	0, 71
Sujeito anteposto, separado do verbo por 4 ou mais sílabas.	107 / 184	58	0, 63
Sujeito anteposto, presente na pergunta do entrevistador sem estímulo para a concordância.	23 / 30	77	0, 79
Sujeito posposto ao verbo.	65 / 113	58	0, 70
TOTAL	1561 / 3200	49	

Os números na tabela 2 confirmam a hipótese de Vieira (1997): com uma frequência de 40% e um peso de 0,39, sentença com *sujeito anteposto, imediatamente próximo ao verbo* é o contexto linguístico que mais favorece a manutenção da norma padrão em P6, seguido do contexto cujas sentenças tenham o *sujeito anteposto, separado por uma a no máximo três sílabas*, 0, 49. Contudo, no geral o que se percebe são pesos bastante altos, favorecendo a variante [Ø].

O sujeito quando distanciado do verbo, ou por estar em outra oração, ou quando é apenas uma “referência, que se recupera pelo contexto” também é uma restrição ao aparecimento da marca de plural. Portanto, um contexto como esse vai pesar no momento da escolha que o falante terá de fazer entre o padrão e o não-padrão. Enquanto a proximidade do sujeito ao verbo favorece o uso da variante marcada, estatisticamente falando, quanto mais distante o sujeito do verbo, maiores serão as chances da sua neutralização. Estando esse verbo em oração anterior, o peso é de **0,63** para a não concordância.

Quanto à possibilidade de a pergunta do entrevistador fornecer algum estímulo para o uso de uma ou de outra marca pelo falante, os pesos comprovam que não há uma oposição entre esses dois fatores como era esperado, pois se comportam da mesma maneira: ambos desfavorecem a concordância explícita, o peso no primeiro caso é de **0,71** e no segundo **0,79**.

Em seu estudo sobre a ordem Verbo Sujeito (VS) no PB, Berlinck (1988) defende que o elencamento das causas para a ordenação VS não se restringe à natureza de um ou de outro constituinte, mas ao alcance da relação existente entre ambos e a natureza e inserção no discurso da sentença que é analisada. Sendo a concordância, segundo ela, um fator a ser considerado para a compreensão dessa questão.

Partindo-se do raciocínio da autora de que a concordância impõe ao verbo uma marca formal típica de um traço de sujeito, as alterações ou variações nessa marca formal podem gerar uma reorganização da sentença. Assim, a perda da concordância imporá limites na flexibilidade que o sujeito tem em ocupar várias posições dentro de uma sentença. A questão que se coloca é: Qual seria o estatuto sintático do SN posposto, uma vez que a falta de flexão no verbo geraria uma ambiguidade na sua percepção como sujeito?

Assim como em Lira (1982, p. 195), os resultados obtidos e expostos na tabela 2 acima mostram que os sujeitos pospostos, no que tange à concordância, diferem-se do sujeito anteposto próximo, por exemplo,

contribuindo com um peso de **0,70** para zero, ou seja, eles não ativam a concordância característica considerada, por ela, como inerente a esse tipo de SN. Esse também é o pensamento de Pontes (1986, p 172 -3) que diz:

a conclusão, a respeito do chamado sujeito posposto, é que ele não tem as características que tipificam o sujeito em português, a não ser a concordância verbal, no registro escrito, formal, que é imposta pela gramática e o ensino escolar. Verificamos que o sujeito típico e o sujeito posposto são dois conjuntos disjuntivos. O único traço em comum é o da CV, traço por si muito frágil, porque ensinado nas escolas e praticamente inexistente na maioria dos registros.

Assim, em relação à posição do sujeito na oração, podemos dizer que a concordância é maior quando na estrutura frasal a ordem Sujeito Verbo (SV) é mantida e também quando a distância entre um e outro elemento não existe ou é pequena. Quando essa posição é alterada para VS, a tendência é de que o falante entenda esse sujeito como objeto, já que ele se encontra à esquerda do verbo, e não marque a concordância, sendo, portanto, um ambiente favorável à variação.

Tabela 3 – Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero, considerando a constituição do SN sujeito que acompanha o verbo na oração

Constituição do SN Sujeito	APL TOTAL /	%	PR
SN Sujeito simples ou composto com constituintes do tipo determinante mais núcleo mais sintagma preposicional	41 / 65	63	0,54
SN sujeito formado por pronome relativo	247 / 537	46	0,55
SN sujeito simples formado por substantivo acompanhado de determinante (numeral, artigo, pronome possessivo, pronome demonstrativo e pronome indefinido)	613 / 1204	51	0,50
SN sujeito simples formado por pronome pessoal reto	377 / 968	39	0,39
SN sujeito substantivo composto, acompanhado ou não por determinante	80 / 106	75	0,77
SN sujeito substantivo simples sem determinante	95 / 162	59	0,58

SN sujeito formado por pronome indefinido	108 / 158	68	0,69
TOTAL	1561 / 49	3200	

Os pesos **0,77**, **0,58**, **0,69** da tabela 3 acima ratificam a hipótese de serem *SN sujeito substantivo composto, acompanhado ou não por determinante, SN sujeito substantivo simples sem determinante* e *SN sujeito formado por pronome indefinido* ambientes importantes para a ausência de flexão verbal. Comparado aos dos *sujeitos formados pelo pronome reto eles*, **0,39**, a diferença na escala concordância *vs* não-concordância é bastante alta, o que significa dizer que, probabilisticamente, estruturas como (**eles mataM os bandido**) são mais prováveis do que estruturas como (**eles mataØ mesmo**); enquanto que (**alguns roubaM a toda hora**) são mais improváveis do que (**alguns roubaØ a toda hora**), ou, pelo menos, haverá um peso de **0,69**, contribuindo para o uso desta e não daquela variante. Diante de números tão excludentes entre si, pode-se afirmar que a regra de concordância explícita é quase categórica com os pessoais retos, da mesma maneira que o não-emprego da marca é quase categórico com sujeitos compostos acompanhados ou não de determinante ou aqueles formados por pronomes indefinidos. Por outro lado, tal regra é bastante equilibrada quando o substantivo tem um determinante acompanhando-o, ou mesmo quando se trata de um SN com determinante e um sintagma preposicional.

Os demais fatores *SN formado por determinante + núcleo+sintagma preposicional, SN retomado por pronome relativo, SN sujeito simples formado por substantivo acompanhado de determinante (numeral, artigo, pronome possessivo, pronome demonstrativo e pronome indefinido)* não configuraram como fator importante nem para uma nem para outra variante, estando em plena variação, com um peso de **0,55**.

Tabela 4 – Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Traço Semântico do Sujeito

Traço Semântico do Sujeito	APL / TOTAL	%	PR
Traço [+ Abstrato / - Animado] Ex: saúde e educação são importante	265 / 417	64	0,67
Sujeito [+ Concreto / -Animado] Ex: As arma de brinquedo incentivaØ as criança	113 / 195	58	0,62
Sujeito [+ / - Humano / + Animado] Ex: os meninos que ficam pedindo dinheiro Ex: Os bichos às vezes éØ melhor do que gente	1183 / 2588	46	0,46
TOTAL	1561 / 3200	49	

Essa variável justifica-se pela hipótese de que o traço [+ Humano e / ou + Animado], dada a possibilidade de o sujeito constituir-se em agente da oração, pode favorecer a concordância, já que é possível correlacioná-lo com o valor semântico que se supõe ser predominantemente veiculado pelas classes dos verbos na expressão de uma ação.

Nesse grupo, o resultado indica que, quando o SN apresenta traços do tipo [+ / - Humano + Animado], existe uma probabilidade de **0,46** de ocorrerem marcas de concordância nos verbos. Ao contrário, quando esse traço é [+ Concreto / -Animado] (**0,67**), ou [+ Abstrato / - Animado] (**0,62**), essa probabilidade cai, sendo maior a ocorrência de não-concordância, mostrando-nos que os resultados daqui endossam os encontrados em outras localidades, como atesta, por exemplo o estudo de Monguilhott e Coelho (2002).

CONCLUSÕES

Da análise que fizemos com os trinta e dois (32) informantes selecionados, resultaram três mil e duzentas (3200) amostras de fala que foram submetidas à quantificação, através do programa VARBRUL. Desse

total, a regra de concordância explícita em P6 foi aplicada em 1639 dos casos, número esse que corresponde a 51% do total analisado, o que indicaria, em princípio, uma situação de variação estável na comunidade estudada, já que a não aplicação da regra ocorreu em 1561, totalizando um percentual de 49%. Contudo, a análise feita sob o ângulo da variável faixa etária permite que se fale numa mudança em progresso (cf. OLIVEIRA, 2005).

A **Saliência Fônica** é, entre os linguísticos, o grupo que muito favorece tanto um quanto o outro uso, sendo importante para os resultados gerais obtidos. O **Nível 1** atua na tendência do uso de / Ø /, por englobar formas verbais com baixa saliência, contribuindo, indiscutivelmente, para os 49% das marcas zero; o **Nível 2**, mais saliente, é a contrapartida para o índice de 51% de marcas explícitas de concordância. Dessa maneira, a saliência, como muitos trabalhos têm atestado, é um fator importante para a análise da concordância verbal.

Em relação à **Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração**, podemos dizer que a concordância é maior quando, na estrutura, a ordem SV é mantida e também quando a distância entre um e outro elementos não existe ou é pequena. Quando essa posição é alterada para VS, a tendência é a de que o falante não marque a concordância, entendendo esse sujeito como objeto, já que ele se encontra à esquerda do verbo. Este é, portanto, um ambiente favorável à variação.

Também pudemos comprovar a influência da **Constituição do Sintagma Nominal**, no que se refere à manutenção ou ao cancelamento do plural no verbo. Aqui também foi possível detectar três grupos atuantes, um, a que denominamos neutro, com pesos que não dizem muito em termos de tendência, o segundo que favorece a marca explícita, e outro que atua em favor da ausência da marca.

No quesito **Traço Semântico do Sujeito**, o resultado indica que quando o SN apresenta traços do tipo [+/- Humano + Animado] existe uma probabilidade maior de marcas de concordância nos verbos; quando esse traço é [+ Concreto - Animado] essa probabilidade cai, sendo maior a

ocorrência de não concordância. Ressalte-se também que testando a hipótese do traço [+ Abstrato – Animado] isso também se mostrou verdadeiro, mas este apresenta um índice menor em relação concreto.

Os resultados aqui apresentados confirmam os de Oliveira (2004; 2006) e, devido ao maior espaço para exposição, estão mais bem ilustrados em Oliveira (2005).

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47 (v.1).
- BERLINCK, R. A. **A ordem VSN no Português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1988. 265 f.
- BRESCANCINI, C. R. A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, C. (Orgs.) **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 13-73.
- CUNHA, C; CINTRA, L. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, Philadelphia Press, 1972.
- LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências Básicas do Português Mobral**. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1977.
- LIRA, S. A. **Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese**. Ph. D. University of Pennsylvania: University Microfilms Internacional, 1982.
- MOLLICA, M. C. de M. **Queísmo e (De) queísmo em português**. 1989. 303 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MONGUILHOTT, I. de O. e S. **Um estudo da concordância Verbal de terceira pessoa em Florianópolis**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- MONGUILHOTT, I. de O. e S.; COELHO, I. L. Um estudo da concordância Verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (org.) **Variação e mudança no português falado na Região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2003. p. 188– 213.

- MOTTA, E. **Escolarização e Variação Linguística**. 125 f. Dissertação (Mestrado e Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- NARO, A. . The Social and structural dimension of a syntatic change. **Language**. LSA, v. 57, n. 1, 1981. p. 63 – 98.
- NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C. (Org.) **Introdução à sociolinguística**. Cardernos didáticos, UFRJ, 1992.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Sobre o efeito do princípio da saliência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna. In: MOURA, D. (Org.) **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EDUFAL, 1999. p. 236-255.
- OLIVEIRA, M. A. Sobre os reflexos sociais de mudança em progresso. In: VEADO, Rosa Maria Assis. (Org.) Ensaio de linguística. **Cadernos de linguística e teoria da literatura**. Belo Horizonte, UFMG, 7: 71-89, 1982.
- OLIVEIRA, M. dos S. **Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: variação estável ou mudança em progresso?** Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA. 2005, 192p.
- OLIVEIRA, M. dos S. Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: um caso de variação estável? In: **Revista Estudos Linguísticos**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 1433 – 1442.
- OLIVEIRA, M. dos S. Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: um caso de variação estável? In: **Cadernos de resumo do GEL**. Campinas: Unicamp, 2004.
- PINTZUK, S. **Varbrul program**. Philadelphia: University of Pensnsylvania. (Trad.) Ivone Pinto 1988.
- PONTES, E. **Sujeito: da Sintaxe ao Discurso**. São Paulo: Ática, (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. (Tese de doutorado). V 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- SCHERRE, M. M. P. A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. *Organon*. **A Variação no português do Brasil**. Porto Alegre, UFRGS – Instituto de Letras, V.18, n. 5, p. 52-70, 1991.
- VIEIRA, S. R. A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. In: **GRAFHOS**: Revista da Pós-graduação em Letras, UFPB, 1997.